



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO
Ata da 142ª reunião, realizada em 8 de novembro de 2023

1 Em 8 de novembro de 2023, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro (URC LM) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Fernando Baliani da Silva, representante da
5 SEMAD; Representantes do poder público: Ronald Hott de Paula, da Secretaria de Estado de Agricultura,
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Luísa Miranda Nunes Rossi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico (Sede); Hudson Oliveira Leal, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias
8 (Seinfra); Lucas de Castro Teles, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sônia Maria Heringer, do Conselho
9 Regional de Biologia da 4ª Região (CRBio-04); Hosana Regina Andrade de Freitas, do Ministério Público do
10 Estado de Minas Gerais (MPMG); Rosângela Gonçalves Coelho Villas Boas, da Prefeitura de Governador
11 Valadares. Representantes da sociedade civil: Renata Medrado Malthik, da Federação das Indústrias do Estado
12 de Minas Gerais (Fiemg); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
13 Minas Gerais (Faemg); Glauber Araújo de Freitas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
14 (Abragel); Evaristo Ferreira de Souza, da Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis (Abenc/MG); Pedro Tavares
15 Lima, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Pedro Henrique Esteves Freitas,
16 da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta. **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o
17 quórum regimental, o presidente suplente Fernando Baliani da Silva declarou aberta a 142ª reunião da Unidade
18 Regional Colegiada Leste Mineiro. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
19 Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA**
20 **EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 141ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata
21 da 141ª reunião da Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro, realizada em 4 de outubro de 2023. Votos
22 favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Governador Valadares, Fiemg, Faemg,
23 Abragel, Abenc, Promutuca e Zeladoria do Planeta. Ausência: Sesi. **6) DIÁLOGOS COM O SISEMA:**
24 **MUNICIPALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. Apresentação: SEMAD/Diretoria de Apoio à Gestão**
25 **Municipal (Dagem).** Vanessa Coelho Naves, gerente de Apoio à Regularização Ambiental Municipal da FEAM, fez
26 apresentação sobre a municipalização do licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais, contemplando as
27 principais frentes de atuação do Estado, delegação de competências estaduais, legislações e atos normativos,
28 situação do licenciamento descentralizado na Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas,
29 ações de capacitação aos gestores, técnicos e conselheiros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, dentre
30 outros temas relacionados ao licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da
31 SEMAD, na pauta desta reunião. Após a apresentação, o conselheiro Pedro Tavares Lima fez as seguintes
32 considerações: “Eu acho muito importante essa municipalização do licenciamento, agradeço a apresentação,
33 muito bacana também. Eu gostaria de levantar alguns pontos que tenho presenciado recentemente e que me
34 preocuparam com a questão do licenciamento municipal. Em Nova Lima, tem funcionado muito bem, eu quero
35 deixar isso claro, eu acompanho lá direto pelo Codema, mas em Belo Horizonte eu estou sentindo que algumas
36 coisas não estão saindo da forma que eu acharia que seria correta. Eu posso até estar enganado. Eu vou citar
37 um exemplo recente que temos acompanhado muito de perto que é o caso do Aeroporto Carlos Prates. Foi
38 levado um projeto de construção de 4.500 casas de interesse social, e Belo Horizonte estava falando que seria o
39 licenciamento por Belo Horizonte, pelo município, inclusive citando a DN 213/2017, que permite o
40 licenciamento de área inferior a 60 há, se eu não me engano. Só que não levaram em consideração outros
41 artigos da mesma DN que são os que excluem do município essa autorização de licenciamento, como a
42 densidade demográfica e a AID, a área de impacto indireto nos outros municípios. Inclusive, eu recebi um e-mail
43 da SEMAD, porque questioneei essa questão do licenciamento de um empreendimento de tal porte a ser feito
44 pelo município, e a SEMAD me respondeu que, com base na DN, pela área, eles poderiam fazer o licenciamento.

45 E eu rebati esse e-mail colocando exatamente esses pontos de exclusão. O empreendimento é três vezes maior
 46 do que o que a DN permite ao município licenciar. E depois disso eu não tive mais retorno, inclusive no meu e-
 47 mail. Não sei se o processo vai seguir com licenciamento de Belo Horizonte, não sei se não vai, mas nós temos
 48 presenciado, nos Conselhos Municipais de Belo Horizonte em que levamos esse assunto, uma certa censura. Eu
 49 já tive minha palavra cerceada pelo presidente de Conselho, outros conselheiros também tiveram. Foi
 50 apresentado apenas o projeto da prefeitura no Coman, por exemplo, mesmo com os conselheiros solicitando o
 51 conhecimento de outros projetos, inclusive, já aprovados e com estudos. Então eu acho que teria que ter uma
 52 fiscalização maior nos municípios, especialmente esses que têm o convênio para fazer um licenciamento de
 53 classe maior, para que esse licenciamento não favoreça interesses pessoais de prefeitos e de entes públicos.
 54 Porque ficou claro para nós ali que está tendo um favorecimento para a Prefeitura de Belo Horizonte em
 55 detrimento do que a população quer. Porque, quando eles fizeram uma audiência pública no bairro Carlos
 56 Prates, não deixaram ninguém do bairro que queria falar contrário à proposta da prefeitura ter o direito de fala.
 57 Só deixaram os convidados deles, que às vezes a maioria nem morava no bairro, gente que não sabia nem onde
 58 é o Aeroporto Carlos Prates falando que o projeto da prefeitura era maravilhoso. Então fica esse alerta, eu acho
 59 que tem que ter um olhar mais próximo da FEAM nesses licenciamentos para evitar esse tipo de coisa e exigir
 60 que a normativa seja cumprida à risca, não só a parte que interessa ao município. Se ela tem uma exclusão, tem
 61 que ser levada em consideração. Eu agradeço a oportunidade de me manifestar e acho que isso pode servir para
 62 outros municípios também, para outras questões.” Vanessa Coelho Naves/FEAM: “Obrigada, conselheiro. Eu só
 63 queria colocar que falei exatamente sobre a questão do autolicensing, é permitido que o município licencie
 64 empreendimentos do próprio município, assim como o Estado também licencia empreendimentos do próprio
 65 Estado. Mas nós ficaremos atentos nas auditorias.” O presidente Fernando Baliani da Silva solicitou que o
 66 conselheiro reenvie seus questionamentos à Diretoria de Apoio à Regularização Ambiental da FEAM,
 67 considerando a reestruturação administrativa do Sisema, para que seja feita avaliação e dada a devida resposta.

68 **7) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO DO COPAM**
 69 **PARA O ANO DE 2024. Apresentação: Supram LM.** Aprovada por unanimidade a agenda de reuniões da
 70 Unidade Regional Colegiada Leste Mineiro para o ano de 2024, com sessões mensais sempre às quartas-feiras,
 71 às 14h, nos meses de fevereiro a novembro, nos termos da proposta apresentada pela Supram LM. Votos
 72 favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Governador Valadares, Fiemg, Faemg,
 73 Abragel, Abenc, Promutuca e Zeladoria do Planeta. Ausência: Sesi. **8) ASSUNTOS GERAIS.** Guilherme Moraes de
 74 Castro/Advogado: “Boa tarde, presidente Fernando, boa tarde a todos os conselheiros, servidores que
 75 assessoram a URC, aqueles que assistem e que acompanham pelo canal do YouTube. Eu faço uso deste
 76 momento em verdade para leitura de uma nota de desagravo público, a qual a faço a partir deste instante. ‘Em
 77 razão de decisão de nº 1486/2022 da Câmara de Desagravo Público da OAB Minas Gerais, da lavra do ilustre
 78 relator Dr. Carlos dos Reis, houve reconhecimento de violação das prerrogativas da advocacia instituídas pela Lei
 79 Federal 8906/1994, Estatuto da OAB, em episódio ocorrido na Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro. Os
 80 fatos se deram durante a 134ª reunião ordinária da URC, ocorrida em 11 de maio de 2022, em que houve a não
 81 concessão, injustificada, da palavra a este advogado, que realizava a defesa de interesse de seu cliente com
 82 processo pautado em discussão. A presente oportunidade é concedida a partir do despacho do superintendente
 83 Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, Sr. Fabrício de Souza Ribeiro, que conduz tão bem a Regional, em
 84 razão da nota de nº 01 da SEMAD/Secex, de 27 de setembro de 2023, de lavra do secretário de Estado adjunto
 85 da SEMAD, Sr. Leonardo Monteiro Rodrigues, que logo que tomou conhecimento do ocorrido, em razão do
 86 ofício de desagravo enviado pela OAB Minas Gerais, e com a lucidez que lhe é particular, considerando todos os
 87 fatos e a decisão da Câmara de Desagravo Público, assim se posicionou: ‘Ante ao exposto, em observância ao
 88 disposto no Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, no Código de Ética e Disciplina da OAB,
 89 na Constituição Federal, decido como presidente da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de
 90 Política Ambiental Leste Mineiro (URC COPAM LM) restabelecer a palavra ao advogado Guilherme Moraes de
 91 Castro. Todavia, decido incluir na pauta da 142ª reunião ordinária da URC COPAM LM, a ser realizada no dia 8 de
 92 novembro de 2023, para que o digno advogado possa ter tempo hábil para preparar sua manifestação. Por
 93 oportuno, registram-se nossas escusas ao advogado Guilherme Moraes de Castro e ao conselheiro Cristiano
 94 Lamas Pereira, representante da OAB Minas Gerais na 134ª reunião ordinária da URC Leste Mineiro. Por fim,
 95 ressaltamos que esta nota será compartilhada com todas as Superintendências Regionais a fim de orientar,
 96 especialmente quanto às garantias e prerrogativas dos advogados, para que a palavra da advocacia nunca seja

97 silenciada em processos no âmbito das reuniões das Unidades Colegiadas do COPAM, tendo em vista, em
 98 especial, que, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, nossa lei maior, o advogado é
 99 indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da
 100 profissão, nos limites da lei. A não concessão do direito da advocacia previsto no inciso 10 do artigo 7º do
 101 Estatuto da Advocacia, frise-se, formalmente solicitado e devidamente fundamentado no ato ocorrido na 134ª
 102 reunião pelo servidor público que presidia a reunião, violou frontalmente as prerrogativas previstas em lei que
 103 devem ser respeitadas pela Unidade Regional Colegiada. E pelas informações colhidas esta é a primeira violação
 104 formal de prerrogativas da advocacia no seio do COPAM/URC no Estado de Minas Gerais. Tal fato é gravíssimo e
 105 não pode ser colocado em esquecimento e não só no âmbito do Conselho, mas também em razão da necessária
 106 observância da relevância que a advocacia tem, em especial no artigo 133 da Constituição Federal de 1988. O
 107 respeitoso e valoroso Regimento Interno do COPAM e das URCs não se sobrepõe ao Estatuto da Advocacia, Lei
 108 Federal 8906/1994, devendo prevalecer no bojo do Conselho a estrita observância da hierarquia das normas
 109 enquanto premissa constitucional no Estado democrático de direito, insculpido no artigo 1º da Constituição
 110 Federal de 1988. Sábias são as palavras do colega advogado ambiental Werner Grau Neto ao refletir em artigo
 111 intitulado 'A indispensabilidade do advogado à administração da Justiça e os limites da atuação do Ministério
 112 Público diante de suas atribuições e da necessidade de respeito e aceitação da assimetria em relação à
 113 advocacia'. Tal publicação se deu na obra 'Advocacia ambiental - Desafios e perspectivas', de 2022, da Editora
 114 Thoth. 'Desnecessário, mas salutar aqui desde logo destacar que o advogado, na forma do artigo 133 da
 115 Constituição Federal, é indispensável à administração da Justiça, efeito imediato e insofismável, tentar impedi-lo
 116 do exercício pleno de seu ofício representará direta e inegável ofensa, odiosa não apenas à Constituição Federal,
 117 mas também especialmente ao conceito de Justiça'. Este advogado que utiliza a palavra reflete a muito sobre o
 118 exercício da advocacia no seio dos órgãos ambientais em 20 anos de efetivo exercício e contato com as questões
 119 ambientais. E em publicação em livro coordenado pelo colega excelente advogado ambiental Leandro Eustáquio
 120 de Matos Monteiro, editora D'Plácido, 2021, assim pude concluir: 'O advogado que se dedica à área tem
 121 hercúlea missão, além do papel constitucional deferido no artigo 133 da Constituição Federal, ao desenvolver
 122 seu ministério nas defesas dos interesses e deveres individuais difusos e coletivos no assessoramento para a
 123 construção da necessária segurança jurídica para a tomada de decisões envolvendo a Justiça ambiental.' Para
 124 finalizar, é importante consolidar a frase de um ilustre mineiro, Heráclito Fontoura Sobral Pinto, em que
 125 promulgou a célebre frase: 'A advocacia não é profissão de covardes'. Por fim, eu gostaria apenas de registrar
 126 que este momento representa a defesa idealizada e realizada cotidianamente pelo Conselho Federal da Ordem
 127 dos Advogados do Brasil, pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Minas Gerais, pelas mais de cem
 128 comissões instaladas no âmbito da OAB Minas Gerais e pelos mais de 100 mil advogados inscritos, cabendo aqui
 129 especialmente destaque aos colegas que estão perante a Comissão de Prerrogativas e de Direito Ambiental.
 130 Quero também agradecer nominalmente, um agradecimento especial ao presidente da Ordem dos Advogados
 131 Seccional Minas Gerais, Sérgio Leonardo; ao presidente da OAB Governador Valadares, Adilson Domiciano; e ao
 132 vice-presidente Arilson Ribeiro; ao conselheiro estadual Aloísio Gusmão; ao diretor primeiro secretário da Caixa
 133 de Assistência dos Advogados, Juliano Almada; aos colegas Rodrigo Borges de Barros, Ricardo Carneiro, Júlia
 134 Rabinovich e Simone Paiva, que representam a diretoria da Comissão de Direito Ambiental do Estado de Minas
 135 Gerais; aos colegas do escritório Allan Toledo Advogados Associados; Fonseca Soares Advogados; e Guilherme
 136 Castro Advogados, com quem eu tenho a sorte de construir os rumos da profissão; e ao colega Cristiano Lamas,
 137 que, representando a OAB perante a URC à época, na 134ª reunião, apresentou-se de modo digno e aguerrido
 138 diante da situação de violação das prerrogativas. Por fim, registro um especial agradecimento também à União
 139 Brasileira da Advocacia Ambiental, que reúne mais de 400 advogados ambientais que exercem a profissão por
 140 todo o país, sendo referência a ser observada por todos os profissionais da advocacia especializada por sua
 141 excelência. E registro apenas, presidente, que gostaria profundamente de que a Nota 01 da SEMAD/Secex, de
 142 27 de setembro de 2023, de lavra do secretário adjunto da SEMAD, Leonardo Monteiro Rodrigues, circulasse
 143 não só no âmbito das Suprams e das URCs, mas sim também que fossem, em função agora da recente reforma
 144 administrativa, também encaminhada à Gerência de Apoio à Regularização Ambiental Municipal, para que faça
 145 coro junto aos municípios que acabam por exercer essa situação a qual é delineada na legislação ambiental. Eu
 146 agradeço imensamente a atenção, aos tempos adicionais, desejo um profícuo trabalho e peço a todos,
 147 principalmente os colegas advogados que estão presentes na URC, que velem pelo respeito às prerrogativas da
 148 advocacia. Muito obrigado." **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente

149 Fernando Baliani da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
150 ata.

151
152

APROVAÇÃO DA ATA
153
154

Fernando Baliani da Silva
155 **Presidente suplente da URC Leste Mineiro**
156